

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
AGENTE E ESCRIVÃO

EDITAL Nº 003, DE 05 DE ABRIL DE 2016
SIMULADO NUCE

Notícia Relacionada: O NUCE fará simulado para Polícia Civil de PE .

O NUCE – Núcleo de Concursos Especial LTDA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que realizará no dia **29 de maio de 2016**, em sua sede, localizado na Rua Joaquim Felipe, nº 60, Boa Vista, Recife/PE, um SIMULADO a fim de propiciar aos seus alunos um treinamento para o exame teórico para o INSS e para POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, o qual se regerá de acordo com as instruções estabelecidas neste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O SIMULADO realizar-se-á, obedecendo às normas deste Edital.

II - DOS PRÊMIOS

1. O NUCE, por deliberação, se compromete a entregar os seguintes prêmios a todos os participantes:

a) 1º colocado: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em espécie, mais uma bolsa de estudos integral durante o ano de 2016, em **apenas um curso completo** do NUCE*.

b) 2º colocado: R\$ 500,00 (quinhentos reais) em espécie, mais uma bolsa de estudos integral durante o ano de 2016, em **apenas um curso completo** do NUCE*.

c) 3º colocado: R\$ 300,00 (trezentos reais) em espécie, mais uma bolsa de estudos integral durante o ano de 2016, em **apenas um curso completo** do NUCE*.

* Descontos são pessoais, intransferíveis e não cumulativos.

III - DOS REQUISITOS PARA RECEBIMENTO DAS PREMIAÇÕES

1. O candidato aprovado entre os 03 (três) primeiros lugares do SIMULADO de que trata este Edital será investido de sua referida premiação se atender as seguintes exigências, na data da entrega do prêmio:

a) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

b) apresentar os documentos comprobatórios conforme o item 3 do capítulo VI.

2. Quanto ao provimento dos prêmios será divulgado no site do NUCE www.nuceconcursos.com.br, e obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação.

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.1. De forma a evitar ônus desnecessário, o candidato deverá recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o SIMULADO.

1.2 O valor da taxa de inscrição referente ao SIMULADO será:

Valor da Inscrição: R\$ 30,00 (trinta reais)

2. As inscrições ficarão abertas, exclusivamente nas **recepções do NUCE Boa Vista e Piedade**, no período das **08h do dia 05/04/2016 às 22h do dia 23/05/2016** (horário local).

3. O pagamento do valor da inscrição deverá, necessariamente, ser feito em espécie.

3.1. É dever do candidato manter sob sua guarda cópia do Requerimento de Inscrição **paga e assinada inclusive quando da realização do SIMULADO, de maneira a dirimir eventuais dúvidas.**

3.2. No ato da inscrição, o candidato poderá conferir, **a letra** que se destinará a sala onde realizará a prova.

3.3. Não será aceito pedido de devolução do pagamento do valor da inscrição, após a data do SIMULADO.

4. **O candidato portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá solicitá-la no ato da inscrição.**

6. O candidato que não o fizer até no ato da inscrição, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.

7. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

V - DAS PROVAS

1. O SIMULADO constará das provas, número de questões, peso e duração constantes na tabela abaixo.

Cargo/Área/ Especialidade	Conhecimentos	Nº de Questões	Duração
Polícia Civil Agente e Escrivão	Básico	20	05h00
	Específico	40	
	Discursiva		

2. Para os cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia, as provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, consistirão de 60 questões, valerão **60,00 pontos** e abrangerão os objetos de avaliação constantes do deste edital.

3. As questões da(s) prova(s) objetiva(s) serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E), sendo uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, cinco campos de marcação: um campo para cada uma das cinco opções A, B, C, D e

E, sendo que o candidato deverá preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando da questão.

3.1. O candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas.

VI. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

1. A nota em cada questão da(s) prova(s) objetiva(s), feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: **1,00 ponto**, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **0,25 ponto negativo**, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; **0,00**, caso não haja marcação ou haja mais de uma marcação.

1.2. O cálculo da nota em cada prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma das notas obtidas em todas as questões que a compõem.

1.3. Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do simulado o candidato aos cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) obtiver nota inferior a **4,00 pontos** na prova objetiva de Conhecimentos Gerais P1;
- b) obtiver nota inferior a **12,00 pontos** na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P2;
- c) obtiver nota inferior a **18,00 pontos** no conjunto das provas objetivas.

VII - DA PROVA DISCURSIVA

1. Para os cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia, a prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, **valerá 20,00 pontos** e consistirá da redação de texto dissertativo, de até 30 linhas, acerca de tema da atualidade.

2. A prova discursiva será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no subitem 2.1. deste edital.

3. A prova discursiva para os cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia será corrigida conforme os critérios a seguir:

- a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 20,00 pontos;
- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: ortografia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c) será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato;
- d) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida neste edital;
- e) será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (NPD), como sendo $NPD = NC - NE/TL$;
- f) se $NPD < 0$, então considerar-se-á $NPD = 0$;
- g) nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.

3.1 Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver $NPD \geq 10,00$ pontos.

VIII - DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS

1. A aplicação das Provas Objetivas será realizada no período da MANHÃ: **das 08h00 às 13h00**.

1.1 Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares adequados existentes no NUCE, o mesmo, poderá alocá-los em outros colégios nas proximidades do colégio principal para aplicação do SIMULADO, não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao transporte desses candidatos.

1.2 Havendo alteração no local do SIMULADO, no ato da inscrição o candidato tomará ciência, por meio de comunicado através do endereço www.nuceconcursos.com.br.

1.3. **Os portões fecharão impreterivelmente às 07h55min.** (horário local).

1.4. O candidato poderá ausentar-se do local de prova após 01h do início do SIMULADO.

2. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, no local e nos horários definidos no Recibo Informativo e no site do NUCE.

3. **Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo: as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).**

3.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

3.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

4. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação no SIMULADO.

5. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

6. O candidato deverá comparecer ao local designado munido de caneta esferográfica de tinta preta de material transparente.

6.1 O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou reforçá-los com grafite na cor preta, se necessário.

6.2 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

7. Durante a realização do SIMULADO, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. **Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas.**

8. Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao SIMULADO, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes na prova, bem como o tratamento incorreto e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

9. Poderá ser excluído do SIMULADO o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorrida uma hora do início das provas;
- g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo NUCE no dia da aplicação das provas;
- h) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- k) não devolver integralmente o material recebido;
- l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

10. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico como os indicados na alínea "m" deverá desligar o aparelho antes do início das provas, conforme subitem 11.1 deste Capítulo.

11. Os eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros, equipamentos eletrônicos como os indicados na alínea "m" do item 9, deverão ser lacrados pelo candidato, antes do início das provas, utilizando saco plástico e etiqueta, a serem fornecidos pelo NUCE exclusivamente para tal fim.

11.1 Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados pelo candidato, antes de serem lacrados.

11.2 Os pertences pessoais lacrados serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova. O NUCE não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

12. Os aparelhos eletrônicos deverão permanecer lacrados e desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.

13. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital, o NUCE procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação da comprovação de pagamento.

13.1. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 13, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

IX - DOS RECURSOS

1. Será admitido recurso quanto:

- a) às questões das provas e gabaritos preliminares;
- b) ao resultado das provas.

2. O prazo para interposição dos recursos será de 1 (um) dia útil após a divulgação do gabarito preliminar que lhes disser respeito nos termos do item 1 deste Capítulo, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.

3. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 1 deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

4. Os recursos deverão ser impetrados exclusivamente por meio do site do NUCE recursos@nuceconcursos.com.br, de acordo com as instruções constantes neste edital.

4.2 O NUCE não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.3 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

5. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio do site do NUCE www.nuceconcursos.com.br, e ficarão disponibilizadas pelo prazo de 1 (um) dia, a contar da data de sua divulgação.

6. O NUCE constitui a última instância para o recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

7. Serão preliminarmente indeferidos os recursos:

- a) cujo teor desrespeite os examinadores;
- b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo e com as instruções disponibilizadas no site do NUCE;
- c) sem fundamentação ou com fundamentação inconsistente ou incoerente.

X – DO RESULTADO FINAL

1. O resultado final do SIMULADO, após decididos todos os recursos interpostos, será divulgado em listagem com a colocação individual de cada candidato no site do NUCE www.nuceconcursos.com.br.

XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. No ato da inscrição, o candidato autoriza a inclusão de seu nome, nota e classificação no site do NUCE www.nuceconcursos.com.br, como também seu local de prova em caso de mudança.

2. Aos candidatos que ficarem entre os 10 (dez) primeiros colocados, autorizam o uso da imagem como forma de confirmação da entrega dos referidos prêmios e veiculação dos meios de comunicação cabíveis à autenticidade do SIMULADO.

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AGENTE E ESCRIVÃO DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, inclusive com todas as respectivas alterações e ou complementações, até a data de publicação do Edital de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1. CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes BrOffice e Microsoft Office - Excel e PowerPoint). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.6 Redes sociais. 3.7 Computação na nuvem (cloud computing). 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança. 5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). 5.4 Procedimentos de backup. 5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).

ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA): 1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE AGENTE DE POLÍCIA E PARA O CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 3.2 Remédios Constitucionais. 4 Organização político administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências. 9 Funções essenciais à justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2 Defensoria Pública. 9.3 Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas. 9.4 Segurança Pública na Constituição do Estado de Pernambuco.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos. 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa. 4 Poderes da administração pública.

4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder. 5 Regime jurídico administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 6 Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso. 7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios. 8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 8.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 9 Controle da administração pública. 9.1 Controle exercido pela administração pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 10 Processo administrativo. 10.1 Lei nº 9.784/1999. 11 Licitações e contratos administrativos. 11.1 Legislação pertinente. 11.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. 11.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 11.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços). 11.1.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações. 11.2 Fundamentos constitucionais. 12 Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.425/1972): (artigos: 2º; 4º; 25, §§1º, 2º e 3º; 30, incisos I a V; 31, incisos I a XLVIII; 32; 33; 34, incisos I a III e V a VII; 35, inciso I a V e parágrafo único; 36; 37; 47; 48; 49, inciso I a XI; 50 e 51).

NOÇÕES DE DIREITO PENAL: 1 Princípios básicos. Crime e Contravenção Penal. 2 Aplicação da lei penal. 2.1 A lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Tempo e lugar do crime. 2.3 Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 2.5 Pena cumprida no estrangeiro. 2.6 Eficácia da sentença estrangeira. 2.7 Contagem de prazo. 2.8 Frações não computáveis da pena. 2.9 Interpretação da lei penal. 2.10 Analogia. 2.11 Irretroatividade da lei penal. 2.12 Conflito aparente de normas penais. 3 O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Pena da tentativa. 3.3 Concurso de crimes. 3.4 Ilícitude e causas de exclusão. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade. 3.6.1 Elementos e causas de exclusão. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça. 11 Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Dos crimes no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações). 12 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2 Inquérito policial. 3 Ação penal. 4 Competência. 5 Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão. 5.1 Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). 6 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros. 7 Prisão e liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão. 7.1 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9 Habeas corpus e seu processo. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995). Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013). Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013). 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.